

Atuação do Conselho Fiscal como instância de auditoria interna

Regimento Interno do Conselho Fiscal

- Art. 1º – O CF do Senac, com jurisdição em todo o país, é um órgão autônomo de deliberação coletiva, integrante da Administração Nacional do Senac (AN), exercendo a fiscalização em todas as áreas que resultem em alterações financeiras, orçamentárias e patrimoniais, dentro da competência que lhe é conferida pelo Regulamento da Entidade.

Sede do Conselho Fiscal



Estrutura organizacional



Composição do Conselho Fiscal

- Auditor-chefe
- Nove auditores
- Secretaria {
 - uma secretária
 - uma assistente administrativa

Auditoria Independente

- Surge na evolução capitalista
- Quebra da bolsa de NY (1929)
- Desenvolvimento das técnicas
 - (Análise de todos os documentos?)
 - (Análise do controle interno)
- Constituição de várias empresas de auditoria

- Evolução no Brasil
 - (Instalação das multinacionais)
 - (Lei 4.728 de 1965 – regulamentou o mercado de capitais)
 - (Circular 179 do BACEN – de 1972 – Normas Gerais de Auditoria)
 - (Res. 321 de 1972 do CFC – aprova normas e procedimentos de auditoria)
 - (Lei 6.404 de 1976 – Emp. De cap. Aberto devem ser auditadas)
 - (Res.750/93 – Dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade)
 - (Res. 821 de 17/12/97 – Normas Profissionais do Auditor Independente)
 - (Res. 820 de 17/12/97 – Normas de Auditoria Independente das DCs)
 - (Lei 11.638/07 – Demonstrações contábeis auditadas)

Independência (Res.1034/05)

- **Conceito**

“Estado no qual as obrigações ou os interesses da entidade de auditoria são, suficientemente, isentos dos interesses das entidades auditadas para permitir que os serviços sejam prestados com objetividade.”

- **Perda da independência**

- Interesses financeiros diretos ou indiretos
- Operações de crédito e garantias
- Relacionamentos comerciais
- Relacionamentos familiares e pessoais
- Vínculos empregatícios por funcionários da entidade auditada mantidos anteriormente com a entidade de auditoria
- Atuando como diretor ou diretor de entidades auditadas
- Rotação dos líderes de equipes (5 anos)
- Prestação de outros serviços
- Presentes e brindes
- Litígios em curso ou iminentes
- Incompatibilidade de honorários (25% ou mais, contingenciais, ...)

Auditoria Interna

- Examinar a integridade e fidedignidade das informações financeiras e operacionais e os procedimentos utilizados para tratar essas informações.
- Examinar os programas de trabalho e verificar se os resultados são compatíveis com o plano de ação proposto pela Entidade, e se a execução desses programas está de acordo com o planejamento.
- Examinar os procedimentos adotados para proteção dos ativos.
- Examinar os controles internos aplicados nos sistemas estabelecidos, para se certificar da observação do cumprimento dos planos de ação, legislação, normas internas, regulamentos, de acordo com as diretrizes estabelecidas.
- Verificar se a aplicação dos recursos foca os aspectos da eficiência, da eficácia, da economicidade, da efetividade e da qualidade.
- Informar o resultado da auditoria e acompanhar as providências necessárias quanto às suas observações.

Auditoria Operacional

- Examinar documentos, livros, registros, inspeções financeiras, confirmações internas e externas, obtidas por meio de técnicas próprias, para certificar se as informações contidas nas demonstrações financeiras são verdadeiras e representam adequadamente a situação patrimonial, em conformidade com os princípios fundamentais e normas de Contabilidade geralmente aceitas, aplicadas de maneira uniforme.

Síntese do trabalho da Auditoria Interna

- Revisão de Sistemas Contábeis e de Controle Interno
- Exame de informações financeiras e Operacionais
- Revisão da economia, eficiência, eficácia das Operações
- Revisão do cumprimento de leis, regulamentos
- Exigências externas e internas
- Diretivas e políticas administrativas

Princípios Comportamentais

- Simplicidade de métodos
- Prontidão para ação imediata e oportuna
- Credibilidade (administração e entidade auditada)
- Aprimorar mecanismos de defesa
- Reavaliar permanentemente o planejamento e os processos utilizados

Controle Interno

“Compreende o plano de organização e todos os métodos e medidas adotadas na empresa para salvaguardar seus ativos, verificar a exatidão e a fidelidade dos dados contábeis, desenvolver a eficiência nas operações e estimular o seguimento das políticas administrativas prescritas.”

(Instituto Americano dos Contadores Públicos Certificados)

Considerações:

- responsabilidades (funcionários – definições);
- rotinas internas (manual de organização);
- acesso aos ativos (limitar o acesso de funcionários aos ativos);
- segregação de funções (acesso aos ativos x registros contábeis);
- ativos x registros (confronto periódico); e
- auditoria interna.

Controle Interno

- Levantamento do sistema de controle interno:
 - leitura de manuais;
 - conversa com funcionários;
 - inspeção física desde o início da operação até o registro no razão (compra, venda, pagamento, ...).
- Identificação (aspectos administrativos e contábeis):
 - conhecimento (negócio);
 - registro (métodos descritivo, fluxograma e questionários).
- Avaliação do sistema de controle interno e determinação dos procedimentos de auditoria
- Limitações ao Controle Interno:
 - conluio de funcionários na apropriação de bens;
 - instruções inadequadas com relação às normas internas;
 - negligência dos funcionários na execução de tarefas.

Planejamento de Auditoria

O planejamento correto de um serviço de auditoria compreende:

- a preparação de um plano de auditoria;
- o desenvolvimento de um programa de auditoria;
- a compilação de uma previsão de horas de trabalho;
- a seleção dos auditores; e
- a distribuição dos serviços entre eles.

Objetivos

Podem ser atingidos de modo mais eficiente quando este planejamento é feito por escrito e quando a emissão desses objetivos resulta na elaboração de programas de auditoria, ou seja, quando as idéias ou decisões relativas ao que fazer, como e por que fazer são convertidas em procedimentos de auditoria evidenciados por escrito na forma de programas.

Programa de Auditoria

É um rol de medidas de verificação a serem aplicadas, expostos de forma tal que as inter-relações de um procedimento com outro estejam claramente demonstradas.

Consiste em plano de trabalho para exame de área específica. Ele prevê os procedimentos que deverão ser aplicados para que se possa alcançar o resultado desejado.

Utilidade dos programas de auditoria:

- Um programa de auditoria compreensivo que for preparado para cada trabalho será útil como forma de organização do serviço a ser executado, apresentando, claramente, as instruções e constituindo a prova dos procedimentos que foram aplicados.

Plano Anual de Auditoria (PAA/CF)

Elaborado com base nos levantamentos das áreas e nos riscos relativos à auditoria. Os principais critérios utilizados são:

- tempo;
- trabalhos anteriores;
- pontos de controles internos existentes;
- características de cada Entidade;
- objetivo do trabalho;
- aspectos fundamentais de controles internos; e
- os procedimentos de auditoria e o momento em que serão efetuados.

Programa de Auditoria

Técnica pela elaboração do programa:

Ao planejar um programa de auditoria, várias considerações básicas devem ser lembradas e sua importância levada em conta.

Entre elas estão:

- a responsabilidade do auditor na apuração de qualquer erro ou irregularidade que afetem os dados sob exame;
- as formas em que o programa de auditoria pode ser modificado, em virtude das variações na eficiência do controle interno;
- que características ou circunstâncias devem ser levadas em conta;
- como apreender essas características e circunstâncias;
- a ocasião; e
- por quem deve ser feito.

Atuação da Auditoria

➤ Área Financeira

1.1 - Tesouraria

- 1.1.1 - Caixa
- 1.1.2 - Fundo Rotativo
- 1.1.3 - Disponibilidade e Reserva
- 1.1.4 - Valores a Receber
- 1.1.5 - Outros

1.2 - Orçamento e Arrecadação

- 1.2.1 - Resultado Operacional
- 1.2.2 - Execução Orçamentária
- 1.2.3 - Outros

1.3 - Contabilidade

- 1.3.1 - Obrigações Acessórias
- 1.3.2 - Registros Contábeis
- 1.3.3 - Almojarifado
- 1.3.4 - Processos Judiciais
- 1.3.5 - Outros

➤ Área Administrativa

2.1 - Compras

- 2.1.2 - Contratos e Convênios
- 2.1.3 - Licitações
- 2.1.4 - Outros

2.2 - Pessoal

- 2.2.1 - Folha de Pagamento
- 2.2.2 - Benefícios
- 2.2.3 - Registro de Ponto
- 2.2.4 - Programas de Saúde
- 2.2.5 - Outros

2.3 - Patrimônio

- 2.3.1 - Imobilizado
- 2.3.2 - Seguros
- 2.3.3 - Outros

➤ Área Finalística

3.1 - Formação Profissional

- 3.1.1 - Produção Institucional
- 3.1.2 - Secretarias de Cursos
- 3.1.3 - Programas de Aprendizagem
- 3.1.4 - Contratos e Convênios
- 3.1.5 - Ação Social
- 3.1.6 - Outros

Procedimentos de Auditoria

Conjunto de técnicas que o auditor se utiliza para colher as evidências sobre as informações das demonstrações contábeis auditadas.

- Principais procedimentos de auditoria:
 - comprovação física;
 - exames de documentos;
 - confirmação com terceiros;
 - conferência de cálculos;
 - indagação oral;
 - observação de atividades.

Distribuição dos Regionais

Sul	Sudeste	Centro- Oeste	Nordeste	Norte
RS	RJ	MT	BA	AC
SC	SP	MS	SE	AM
PR	MG	GO	RN	RO
	ES	DF	PB	RR
	AN		PE	PA
			PI	AP
			MA	TO
			CE	
			AL	

Distribuição por auditores

Auditor	Unidades				
A	PR	PB	TO	PI	4
B	AN	CE	MT	PA	4
C	AC	BA	MA	RN	4
D	AM	GO	MS	SC	4
E	AL	MG	RO	RS	4
F	AP	ES	RJ	SE	4
G	DF	PE	RR	SP	4
TOTAL	7	7	7	7	28

Programação de viagens 2010

ÓRGÃOS	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
CE	28/2 a 13/3									
RJ+	01/3 a 19/3									
PI	14/3 a 25/3									
MA	26 a 04/04	28/3 a 10/4								
ES		28/3 a 17/4								
SC		18/4 a 08/5								
AP			18/4 a 01/5							
AM			09/5 a 22/5							
RR			30/5 a 12/6							
MT			23/5 a 12/6							
PB				06/6 a 19/6						
PA				13/6 a 26/6						
GO				20/6 a 03/7						
SP					11/7 a 31/7					
MS					11/7 a 24/7					
TO					21/7 a 31/7					
SE						25/7 a 07/8				
AL						08/8 a 21/8				
PE						15/8 a 28/8				
PR							22/8 a 11/9			
MG							12/9 a 02/10			
RN							17/9 a 02/10			
DN								04/10 a 29/10		
BA								17/10 a 30/10		
RS									07/11 a 27/11	
DF									14/11 a 04/12	
AC										28/11 a 09/12
RO										28/11 a 09/12

OBS: Período reservado para treinamento dos auditores - 31/08 a 04/09/2010

Dias executados nas auditorias

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
AC	13	6	5	8	8	7	7	7	7	7	10
AL	6	7	4	7	7	7	9	5	7	7	10
AM	9	14	10	10	8	8	10	8	7	7	10
AN		24	10	15	14	15	20	16	15	15	20
AP	5	5	5	5	7	7	7	5	7	7	10
BA		15	15	14	14	15	15	13	12	10	10
CE	10	9	7	10	8	9	9	7	10	10	10
DF		15	15	10	15	15	15	9	15	15	18
ES	14	15	13	10	14	15	15	11	10	13	15
GO	7	8	10	10	7	8	8	6	7	8	10
MA	8	8	5	7	7	7	7	5	7	7	10
MG	17	15	15	16	15	19	13	12	15	15	15
MS	7	5	8	7	8	7	8	5	7	7	10
MT	7	9	7	8	7	7	7	5	8	8	10
PA	8	7	5	10	8	7	8	6	8	8	10
PB	8	9	5	8	7	7	7	6	6	7	10
PE	11	10	8	12	8	8	13	9	10	10	10
PI	10	10	5	8	8	7	7	6	8	8	9
PR	12	15	13	10	14	19	15	10	15	15	15
RJ	19		15	15	13	15	15	12	14	15	15
RN	6	9	7	5	7	10	10	5	8	10	10
RO	7	7	6	7	7	7	8	5	8	7	10
RR	5	5	5	5	7	7	8	6	6	7	10
RS		18	15	15	14	19	15	11	10	14	15
SC	8	10	15	10	15	15	13	10	15	13	15
SE	8	10	5	7	7	7	10	7	7	8	10
SP		20	15	17	15	19	14	13	15	15	15
TO	6	8	5	5	8	7	7	7	7	7	8
	211	293	253	271	277	300	300	224	271	280	328

Relatório de Auditoria

Ineficiência da redação

- Repetição de palavras
- Excesso de adjetivos e advérbios
- Sentenças longas
- Voz passiva
- Termos técnicos

Eficiência da redação

- Linguagem simples e objetiva
- Sentenças curtas
- Tato

Resultado do trabalho: relatório

- Zelo profissional: o auditor deverá agir com precaução e bom senso no cumprimento das normas gerais e no comportamento ético.
- Coerência: os resultados da auditoria devem corresponder aos objetivos determinados.
- Convicção: o auditor deve conduzir o leitor às mesmas conclusões as quais ele chegou.
- Apresentação: os assuntos devem obedecer a uma sequência lógica, redação simples e livre de erros ou rasuras.
- Concisão: a linguagem deve ser de fácil entendimento.
- Objetivo: o relatório deve ser baseado em evidências.
- Conclusão: permitir a formação de opinião sobre as atividades realizadas.
- Assinatura: toda a equipe, incluindo o auditor-chefe, deve rubricar as páginas e assinar o relatório. Em seguida, o relatório é encaminhado para aprovação nas reuniões do Conselho Fiscal.

Introdução do Relatório

Senhor Chefe da
Assessoria Técnica do
Conselho Fiscal do Senac

Apresentamos o relatório contendo comentários sobre a extensão dos exames e procedimentos de auditoria aplicados e observações sobre controles internos e procedimentos contábeis, decorrentes de aspectos ou assuntos que vieram ao nosso conhecimento quando da aplicação de testes seletivos executados através do método da amostragem da relevância setorial, para fins de cumprimento das normas de auditoria geralmente aceitas. Assim, é possível que em futuras visitas ou revisões específicas, sejam reveladas outras áreas passíveis de melhoria, comentários e procedimentos de auditoria adicionais.

Os comentários aqui apresentados têm por finalidade contribuir para aperfeiçoar os controles internos e procedimentos contábeis, de modo a proporcionarem à administração maior segurança sobre as transações realizadas, respectivas contabilizações e também sobre a guarda e proteção dos Ativos.

Para melhor entendimento, dividimos o relatório em:

- Comentários sobre a extensão dos exames e procedimentos de auditoria, aplicados conforme o *Plano Anual de Auditoria do Conselho Fiscal (PAACF)*.
- Recomendações e observações decorrentes de trabalhos realizados de 21 a 30 de de 2010, tendo como base o período de

Este relatório destina-se ao uso exclusivamente interno da Administração da Entidade e refere-se somente aos procedimentos aqui mencionados, não se aplicando às Demonstrações Contábeis tomadas como um todo.

COMENTÁRIOS SOBRE A EXTENSÃO DOS EXAMES E PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA APLICADOS

Nosso trabalho foi conduzido, principalmente, mediante o acesso aos registros contábeis e a documentação comprobatória de certas transações. O exame visou comprovar se todas as operações foram contabilizadas de modo a assegurar: o controle adequado sobre os Ativos da Entidade, o gerenciamento adequado das obrigações e o acompanhamento da execução orçamentária.

Acompanhamento dos pontos auditados (em andamento)

Plano de Providências dos regionais

PONTOS EM ANDAMENTO

Itens em andamento – A administração do Departamento Regional também acatou a mais doze recomendações, correspondendo a 41% do total, entretanto pela necessidade de mudanças operacionais e sistêmicas os mesmos demandam de maior de tempo para sua implementação, as quais deverão ser acompanhadas sistemicamente pela assessoria técnica do Conselho fiscal. Destacamos a seguir os itens considerados em andamento:

PONTO DE AUDITORIA (Rel. 2010)	DESCRIÇÃO	COMENTÁRIOS
1.3.1.1	RECEITA DE ATIVIDADES RECEBER A	Apontado no Relatório de Auditoria 2010.
1.3.2.1	SALDOS ESTÁTICOS	Pendência apontada em relatórios anteriores.
1.3.1.2	RETENÇÃO DA OBRA	Apontado no Relatório de Auditoria 2010.
1.3.1.3	PROVISÃO DE FÉRIAS E 13 SALÁRIOS	Apontado no Relatório de Auditoria 2010.
1.3.4.2	RATEIO SESC/SENAC/FECOMERCIO	Pendência apontada em relatórios anteriores.
2.2.2.1	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	Pendência apontada em relatórios anteriores.
2.2.3.1	ACORDO COLETIVO	Pendência apontada em relatórios anteriores.
2.4	AREA DE INFORMATICA	Pendência apontada em relatórios anteriores.
3.1.1.3	GRAU DE APROVEITAMENTO	Apontado no Relatório de Auditoria 2010.

Relatório de Acompanhamento do Conselho Fiscal

		Resposta <input type="checkbox"/> Relatório <input type="checkbox"/> Balancete		Nº do ofício	Regional	Período	
<i>Conselho Fiscal</i>						α	
Nome do conselheiro relator			Visto da chefia do CF				
Data de remessa do documento			Data de resposta				
Posição A – ATENDIDO C – CONTESTADO EA – EM ANDAMENTO I – INSUFICIENTE SR – SEM REFERÊNCIA							
Ponto Nº	Descrição	Posição					Observação
		A	C	EA	I	SR	
Cliente (visto e data)							
_____ Conselheiro Relator				_____ Presidente do CF			

Sistema de Providências

senac
Senac Nacional
Conselho Fiscal - Providências
Usuário: Valter Berdeville
Estado: DN - Exercício de 2011

- Cadastro
 - [Inclusão](#)
 - [Alteração](#)
 - [Exclusão](#)
- Realização
 - [Providência](#)
- Consulta
 - [Realização](#)
 - [Pendência](#)
 - [Pontos Recorrentes](#)
- Relatórios
 - [Atrasos Geral](#)
- Notificação
 - [Notificar Pendência](#)

Relação das Providências do Conselho Fiscal

Seleção para Realização de Providências

Código	Período	DR	Unidade	Cód. Ponto	Ponto	Responsável	Auditor
2907	2010			1.1.4.1	FUNDO BENEFICENTE DOS SERVIDORES		Josenildo Viana
2910	2011			1.3.2.14	RATEIO DE DESPESAS DO RESTAURANTE		Josenildo Viana
2911	2010			1.3.3.4	MANDADO DE SEGURANÇA – SENAT		Josenildo Viana
2912	2010			2.1.2.3.2	SERVIÇOS DE AUTO POSTO DE COMBUSTÍVEL		Josenildo Viana
2914	2010			2.1.2.5	REGISTROS CONTÁBEIS FORA DO PERÍODO DE COMPETÊNCIA		Josenildo Viana

Cobrança automática

De:
Enviado em: sexta-feira, 12 de setembro de
Para: @senac.br
Assunto: Re: Sistema de Providências do Conselho Fiscal - Relatório de Respostas

PROTOCOLO: sp-120

Ilm^a

Em atendimento a sua solicitação, informamos que as Análises e Conciliações dos saldos, já faz parte da rotina da contabilidade do nosso Departamento Regional.

Atenciosamente

----- Original Message -----

From:
To:
Sent: Thursday, August 28,
Subject: Sistema de Providências do Conselho Fiscal - Relatório de Respostas

Ilmo Sr^{o(a)} Diretoria Administrativa Financeira,

Conforme indicação do seu nome no relatório de resposta de auditoria de , como responsável pela implantação das providências indicadas nos itens:

Ponto de Auditoria: 1.3.2.6 Análise e Conciliação de Saldos Contábeis

Descrição do Ponto: Solicitamos ao Setor de Contabilidade as análises contábeis efetuadas com base no balancete de janeiro quando fomos informados que não é praxe do setor a execução do referido controle. Lembramos que os saldos contábeis devem corresponder exatamente com os saldos reais, pois no decorrer da movimentação contábil são realizados lançamentos, havendo a possibilidade da ocorrência de algumas falhas na execução dos mesmos, que se não corrigidos antes do encerramento dos balancetes mensais, deixarão os saldos das contas irreais, trazendo reflexos nas Demonstrações Financeiras.

Em atendimento as recomendações deste Conselho fiscal, solicitamos um posicionamento de V. S^a., em virtude do término do prazo estabelecido por essa administração Regional, para execução das recomendações sugeridas por este Conselho Fiscal.

Atenciosamente,

Conselho Fiscal

Considerações sobre Fraudes

- Internacionalmente, o assunto “fraude” nunca havia tido tanta atenção como em 2001 quando explodiu o escândalo da “Enron”, seguido de outros, como: da WorldCom, Tycoon, Adelphia, Parmalat e o surpreendente envolvimento da “Arthur Andersen” que culminou com o encerramento de suas atividades.
- Promulgação da Lei Sarbanes-Oxley, conhecida pelo nome de Sarbox ou SOX que regulamentou a prestação de contas das empresas de capital aberto a seus acionistas e investidores nos Estados Unidos.
- O assunto “Fraude e Erro” já havia sido normatizado pelo CFC antes mesmo da divulgação dos escândalos da Enron, e outros, pela NBC T 11.1.4, explicitada na Interpretação Técnica NBC T 11 – IT - 03, aprovada pela Resolução 836, de 22 de fevereiro de 1999.
- Por parte da CVM a Instrução 308, de 14 de maio de 1999, criou, através dos artigos nºs 31 a 34, certas obrigações a serem cumpridas pelos auditores Independentes.

Fraudes – KPMG (2003)

- Para 74% de todos os respondentes, a fraude é, ou pode tornar-se, um grande problema para sua empresa.
- Assim como controles internos deficientes permitiram a ocorrência de fraudes (71%), bons controles internos foram citados como um dos métodos mais comuns de sua detecção (52%). Isso ressalta o papel central dos controles internos no combate à fraude.
- Para 55% dos respondentes, a fraude aumentará no futuro – apenas 18% acreditam que ela diminuirá. As razões citadas para essa expectativa de aumento futuro são, principalmente, o enfraquecimento dos valores na sociedade, falhas no sistema de controle, impunidade e pressões econômicas.
- O fraudador típico é homem (83%), situa-se na faixa etária de 26 a 40 anos (70%) e percebe, mensalmente, entre R\$ 1.000,00 e R\$ 4.500,00 (61%).
- A maioria das fraudes reportadas foi cometida por funcionários com mais de dois e menos de cinco anos na empresa.

A Fraude como uma Séria Ameaça à Empresa

Sim	Não	Provavelmente
45%	26%	29%

A Tendência Futura do Nível de Fraudes

Crescente	Decrescente	Estagnante
55%	18%	27%

A Empresa como Vítima da Fraude

Sim	Não	Desconhece
69%	21%	10%

(Pesquisa KPMG – 2003)

“O domínio de uma
profissão não exclui o
seu eterno
aperfeiçoamento.”
(Lucius Annaeus *Seneca*)

CLAUDECY DA SILVA

Email – claudecy@senac.br

Tel: (021) 2136-5550

Cel: (021) 9899-7475

